



Associação Beneficente de Campo Grande - Mantenedora do Hospital de Caridade

SANTA CASA

Rua Eduardo Santos Pereira, 88 - CEP 79062-924 - Fone 322-4000 - Campo Grande - MS

Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

2008

BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO) ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

	2007	AV	2008	AV	AH
ATIVO	44.159.610		46.783.641		5,9%
CIRCULANTE	13.648.575	30,9%	18.169.750	39%	33,1'
DISPONIVEL	2.777.025	6,3%	4.792.620	10%	72,6%
CAIXA E BANCOS	568.128	20,5%	2.452.798	51,2%	331,7%
APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	2.208.897	79,5%	2.339.822	48,8%	5,9%
CLIENTES	9.155.228	20,7%	10.463.309	22,4%	14,3%
CONVENIOS	2.352.337	25,7%	2.638.258	25,2%	12,2%
SUS	6.685.499	73,0%	7.670.092	73,3%	14,7%
CLIENTES PARTICULARES	117.392	1,3%	154.959	1,5%	32,0%
OUTROS CREDITOS	311.296	0,7%	284.756	0,6%	-8,5%
CHEQUES EM COBRANCA	86.920	27,9%	103.824	36,5%	19,4%
CREDITOS A FUNCIONARIOS	18.568	6,0%	35.527	12,5%	91,3%
TRIBUTOS A COMPENSAR/RECUPERAR	21.594	6,9%	22.259	7,8%	3,1%
ADIANTAMENTOS	4.566	1,5%	1.500	0,5%	-67,2%
CARTÕES DE CRÉDITO	-	0,0%	39.068	13,7%	
MENSALIDADES A RECEBER	179.647	57,7%	109.546	38,5%	-39,0%
(-) PROVISAO PARA PERDA	-	0,0%	(26.969)	-9,5%	
ARRENDAMENTO	66.331	0,2%	45.198	0,1%	-31,9%
ALUGUEIS A RECEBER	66.331	100,0%	45.198	100,0%	-31,9%

ESTOQUES	1.326.771	3,0%	2.524.739	5,4%	90,3%
ALMOXARIFADO	1.287.328	97,0%	2.458.676	97,4%	91,0%
EMPRESTIMO ALMOXARIFADO	27.356		20.204	0,8%	-26,1%
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	12.088	0,9%	45.859	1,8%	279,4%
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	11.924	0,0%	59.128	0,1%	395,9%
PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	4.324	36,3%	-	0,0%	-100,0%
JUROS / ATUALIZACOES A APROPRIAR	-	0,0%	8.176	13,8%	
INDENIZACOES	7.600	63,7%	50.952	86,2%	570,4%
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.645.297	3,7%	1.924.122	4,1%	16,9%
BLOQUEIO JUDICIAL	1.502.401	91,3%	1.763.769	91,7%	17,4%
DESPESAS ANTECIAPDAS	-	0,0%	-	0,0%	
DEPOSITOS JUDICIAIS	142.897	8,7%	160.353	8,3%	12,2%
ATIVO PERMANENTE	20.894.756	47,3%	20.408.662	43,6%	-2,3%
ATIVO IMOBILIZADO	28.916.852	138,4%	30.088.885	147,4%	4,1%
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA	(8.022.095)	-38,4%	(9.680.223)	-47,4%	20,7%
CONTAS A CLASSIFICAR	70.000	0,2%	70.000	0,1%	0,0%
BANCO REAL 0465 / 0722303-3	70.000	100,0%	70.000	100,0%	0,0%
CONTA DE COMPENSAÇÃO	7.900.981	17,9%	6.211.106	13,3%	

BALANÇO PATRIMONIAL(PASSIVO) ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

	2007	AV	2008	AV	AH
PASSIVO	69.181.876		71.395.189		3,2%
PASSIVO CIRCULANTE	46.358.784	67,01%	50.078.978	70%	8,0%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	614.859	1,33%	778.867	2%	26,7%
CHEQUES EM TRANSITO	25.487	0,05%	25.935	0%	1,8%
FORNECEDORES GERAIS	11.759.410	25,37%	12.186.121	24%	3,6%
FORNECEDORES SERVICO HOSPITALAR	1.641.776	3,54%	1.584.723	3%	-3,5%
FORNECEDORES DE PROTESE	8.075.424	17,42%	8.096.764	16%	0,3%
FORNECEDORES DE SERVICO	16.301.254	35,16%	18.306.253	37%	12,3%
OBRIGACOES FISCAIS	1.615.954	3,49%	1.698.716	3%	5,1%
OBRIGACOES C/PESSOAL	1.827.033	3,94%	2.110.395	4%	15,5%
ENCARGOS SOCIAIS	586.431	1,26%	878.252	2%	49,8%
OUTRAS OBRIGACOES	263.826	0,57%	385.451	1%	46,1%
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	205.744	0,44%	97.120	0%	-52,8%
PROVISOES	3.396.177	7,33%	3.659.956	7%	7,8%
PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO SAUDE			211.075	0%	
REPASSES	45.411	0,10%	59.351	0%	30,7%
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	22.823.092	33%	21.316.212	30%	-6,6%
TITULOS A PAGAR	124.767	1%	123.992	1%	-0,6%
BLOQUEIO JUDICIAL CTA CONVENIO (SEQL	930.701	4%	887.951	4%	-4,6%
FORNECEDORES LONGO PRAZO	-	0%	-	0%	
ALUGUEIS A REALIZAR	1.953.355	9%	1.603.514	8%	-17,9%
IMPOSTOS	19.814.269	87%	18.700.755	88%	-5,6%
RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	-	0,00%	-	0%	
TOTAL PASSIVO	69.181.876		71.395.189		3,2%
PATRIMONIO LIQUIDO	(32.923.247)	-47,59%	(30.822.654)	-43%	-6,4%
PATRIMONIO SOCIAL	2.371.805	-7,20%	2.371.805	-8%	0,0%
RESERVAS DE CAPITAL	1.342.909	-4,08%	1.342.909	-4%	0,0%
RESERVA DE REAVALIACAO	12.509.575	-38,00%	11.831.416	-38%	-5,4%
SUPERAVIT / DEFICIT ACUMULADOS	(49.734.770)	151,06%	(48.469.378)	157%	-2,5%
SUPERAVIT / DEFICIT DO EXERCÍCIO	587.234	-1,78%	2.100.593	-7%	257,7%
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	7.900.981	11,42%	6.211.106	9%	-21,4%
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.159.610		46.783.641		5,9%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

	2007	AV	2008	AV	AH
RECEITAS	84.871.293		96.357.390		13,5%
SUS	70.427.444	83,0%	80.668.876	83,7%	14,5%
Convenios	12.532.340	14,8%	13.563.613	14,1%	8,2%
Particulares	1.918.293	2,3%	2.289.062	2,4%	19,3%
(-) GLOSA	(449.188)	-0,5%	(675.640)	-0,7%	50,4%
Repasse	442.404	0,5%	511.478	0,5%	15,6%
DESPESAS	84.433.591		100.326.361		18,8%
Pessoal	31.585.924	37,4%	30.315.932	30,2%	-4,0%
Provisão com pessoal	-	0,0%	5.015.951	5,0%	
Obrigações Tributárias	2.578.497	3,1%	3.401.273	3,4%	31,9%
Ocupação	23.076	0,0%	24.124	0,0%	4,5%
Utilidades e Serviços	2.878.316	3,4%	2.579.606	2,6%	-10,4%
Despesas Gerais	208.389	0,2%	276.241	0,3%	32,6%
Serviços Profissionais e Contratados	111.548	0,1%	565.610	0,6%	407,1%
Serviços de Terceiros	28.602.584	33,9%	32.799.898	32,7%	14,7%
Consumo Estoque	4.335.222	5,1%	4.334.242	4,3%	0,0%
Materiais e Medicamentos	11.600.542	13,7%	13.727.702	13,7%	18,3%
Protese	6.438.122	7,6%	7.285.782	7,3%	13,2%
(-) Reversão provisão perda (SUS)	(3.928.628)	-4,7%	-	0,0%	-100,0%
Resultado Financeiro Líquido	(525.153)		631.241		-220,2%
Despesas Financeiras	2.494.803	-475,1%	471.105	74,6%	-81,1%
Receitas Financeiras	1.969.649	-375,1%	1.102.346	174,6%	-44,0%
Resultado Bruto ==>	(87.452)		(3.337.729)		3716,6%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	239.418		5.327.534		2125,2%
Receita	2.774.748		7.108.772		156,2%
Receita de convênios	2.506.277	90,3%	6.661.244	93,7%	165,8%
Receita com Arrendamento	268.471	9,7%	447.527	6,3%	66,7%
Despesa	2.535.331		1.781.237		-29,7%
Indenizações	61.369	2,4%	77.506	4,4%	26,3%
Depreciação e amortizações	2.473.961	97,6%	1.703.731	95,6%	-31,1%
Resultado Líquido ABCG ==>	151.965		1.989.805		1209,4%
RECEITAS PLANO DE SAÚDE	2.662.371		2.439.828		-8,4%
Receita com plano de Saúde	318.312	12,0%	60.291	2,5%	-81,1%
Receita Ambulatório Plano Saúde	2.344.059	1542,5%	2.590.612	130,2%	10,5%
(-) Provisões Técnicas (ANS)	-	0,0%	(211.075)	-8,7%	
DESPESAS PLANO DE SAÚDE	1.754.132		1.871.619		6,7%
Administrativa	106.863	6,1%	210.352	11,2%	96,8%
Utilidades e Serviços	10.395	0,6%	8.068	0,4%	-22,4%
Gerais	1.990	0,0%	2.025	0,3%	1,7%
Serviços profissionais e contratados	-	0,0%	6.118	0,3%	
Serviços de terceiros	1.634.884	93,2%	1.645.057	87,9%	0,6%
Materiais e Medicamentos	-	0,0%	-	0,0%	
Resultado Financeiro Plano Saúde	(472.971)		(457.420)		-3,3%
Receitas Financeiras	14.902		12.359		-17,1%
Despesas Financeiras	(487.873)		(469.780)		-3,7%
Resultado Líquido Plano Saúde	435.268		110.788		-74,5%
Superávit / Déficit	587.234		2.100.593		257,7%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstração da Mutaç�o do Patrim�nio L�quido (Passivo a Descoberto)	Patrim�nio Social	Reserva de Capital	Reserva de Investimentos	Reserva de Reavalia�o	D�ficits Acumulados	Total
Em 01 de Janeiro de 2007	2.372	1.343	-	15.202	(30.971)	(12.054)
� Patrim�nio Social	-	-	-	-	-	-
� Ajustes de exerc�cios anteriores	-	-	-	-	(19.454)	(19.454)
� Realiza�o da reserva de reavalia�o	-	-	-	(2.692)	690	(2.002)
� Realiza�o da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
� Super�vit/D�ficit do exerc�cio	-	-	-	-	587	587
Em 31 de Dezembro de 2007	2.372	1.343	-	12.510	(49.148)	(32.923)
� Patrim�nio Social	-	-	-	-	-	-
� Ajustes de exerc�cios anteriores	-	-	-	-	-	-
� Realiza�o da reserva de reavalia�o	-	-	-	(679)	679	-
� Realiza�o da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
� Super�vit/D�ficit do exerc�cio	-	-	-	-	2.101	2.101
Em 31 de Dezembro de 2008	2.372	1.343	-	11.831	(46.368)	(30.822)

FLUXO DE CAIXA – M TOD0 INDIRETO

DEMONSTRA O FLUXO DE CAIXA (M TOD0 INDIRETO)

2.008

  FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS

Resultado do exerc�cio	2.100.593
Ajustes para conciliar o preju�zo l�quido ao caixa oriundo das atividades operacionais	
Deprecia�o e amortiza�o	1.703.731
Provis�es t�cnicas	211.075
Varia�es nos ativos e passivos operacionais	
Varia�o das contas a receber	(1.308.081)
Varia�o dos estoques	(1.164.197)
Varia�o dos adiantamentos a fornecedores	(33.771)
Varia�o das despesas antecipadas	(47.204)
Varia�o de outros ativos de curto e longo prazo	(231.152)
Varia�o de fornecedores	2.395.996
Varia�o de obriga�es trabalhistas e sociais	838.962
Varia�o de impostos e contribui�es	82.762
Varia�o de parcelamento de impostos	(1.113.514)
Varia�o de outros passivos a curto e longo prazo	(366.424)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.068.776

● FLUXO DE CAIXA DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTOS

Pagamento pela compra de bem para imobilizado		(1.217.637)
Diminuição dos investimentos		

CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>(1.217.637)</u>
---	--	---------------------------

● FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADE FINANCEIRA

Captação de financiamentos		164.456
----------------------------	--	---------

CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS		<u>164.456</u>
---	--	-----------------------

AUMENTO DE DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		<u>2.015.595</u>
---	---	-------------------------

Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		2.777.025
---	--	-----------

Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		4.792.620
--	--	-----------

VARIAÇÃO NO EXERCÍCIO		<u>2.015.595</u>
------------------------------	--	-------------------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DEZEMBRO DE 2008

1. Contexto Operacional

A **Associação Beneficente de Campo Grande – Santa Casa**, entidade mantenedora e administradora do Hospital de Caridade “Santa Casa”, instituição de direito privado, com fins filantrópicos, de educação e assistência social, fundada em 03 de junho de 1.919, reconhecida como utilidade pública municipal pela lei nº. 650 de 26 de novembro de 1959, utilidade pública estadual pela lei nº 1227 de 25 de julho de 1959 e utilidade pública federal pela lei nº. 62.252 de 14 de fevereiro de 1968, detentora do CNAS – Certificado Nacional Assistência Social, tem como missão promover saúde e reconhecimento com excelência e sustentabilidade, visando o bem estar do cliente externo e interno.

Em 13 de janeiro de 2005, através do decreto nº 9.131, foram requisitados na forma do artigo 15, Inciso XII da Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, pela Administração Pública Municipal, os bens e serviços correspondentes, prestados e existentes na Santa Casa de Campo Grande, ficando o Senhor Secretario Municipal de Saúde Pública responsável pela gestão integral da Santa Casa, podendo executar medidas necessárias ao reverso da situação atual, inclusive proceder à nomeação através de Portarias, de servidores municipais ou não, encarregados da administração da Santa Casa. A administração do nosocômio foi operacionalizada por meio do convênio firmado entre o Município de Campo Grande, o Estado de Mato Grosso do Sul e a União Federal, através do Ministério da Saúde,

conforme descrito no art. 4º do decreto 9.131 de 13 de janeiro de 2005.

Referida requisição, vigoraria até 31 de dezembro de 2.005 ou enquanto persistisse o motivo da intervenção, sendo prorrogado o prazo da requisição, prevista no art. 3º, através do Decreto Municipal n.º 9.131, de 13 de janeiro de 2005, até 30 de dezembro de 2006, e novamente prorrogado, através do decreto nº 9.801 de 22 de dezembro de 2006.

Em 19 de dezembro de 2007, o Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul, representado pelo Procurador de Justiça, O Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República e o Ministério Público do Trabalho, representado pelo Procurador do Trabalho, moveram Ação Civil Pública Intervenção Judicial em face em face do ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE e ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE, alegando em síntese, que em investigação preliminar acerca do funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva do Hospital de Caridade Santa Casa mantido pela Associação Beneficente de Campo Grande acabou por defrontar com sucessivas crises no funcionamento geral do Hospital, dizendo que tais fatos podem ser demonstrados no início do procedimento pela paralisação do Corpo Clínico da Santa Casa, e pelo Relatório de Inspeção 216/03, elaborado pela Coordenadoria de Vigilância Sanitária – ANVISA, onde o Meritíssimo Juiz de Direito Dr. Dorival Moreira dos Santos, deferiu os pedidos formulados pelos autores, para o fim de determinar a intervenção judicial provisória na Associação Beneficente de Campo Grande pelo período inicial de um ano.

1.1 Reestruturação operacional

A Entidade, consciente da fragilidade de seus controles operacionais e administrativos, a partir de 2005 começou a investir em mudanças dos sistemas de processamento de dados e vem procedendo a uma série de mudanças, visando modificar e consolidar esses controles. Assim, buscam equalizar suas estruturas: administrativa, financeira e operacional e patrimonial. Permitindo com isso, um acompanhamento com maiores detalhes de suas operações, com reflexos positivos para normalizar seu fluxo de caixa.

Dentre as ações desenvolvidas pela Entidade no processo de reestruturação, destacam – se:

- ⌘ Reestruturação nos departamentos: pessoal, faturamento, tesouraria, contabilidade, custos e plano de saúde, com a contratação de profissionais, consultores e especialistas.
-

- ⌘ Investimento com recursos próprios em aparelhos de ar condicionado, Raios-X, Aparelhos de informática, software gestão compras e pessoal;
- ⌘ Treinamento de pessoal nas áreas de: Pessoal, RH, Contábil, Custos, Plano Saúde, Compras, Estoque, Informática, Secretarias, Diretoria, Financeiro, Enfermagem, Médicos.
- ⌘ Implantação do setor de Controladoria, e implantação do setor de Auditoria interna em andamento.

Com essas medidas, a Entidade pode contar com um sistema de controles internos adequados, permitindo à tomada de decisões imediatas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como outros pronunciamentos emitidos por essa autarquia.

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2008, a Entidade adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

As alterações da legislação contábil proporcionadas pela Lei nº 11.638/07 não trouxeram efeitos relevantes para a Empresa e foram devidamente observadas na elaboração das demonstrações contábeis do exercício

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Adoção inicial da Lei 11.638/07

A Administração da Empresa optou por elaborar suas demonstrações contábeis de transição em 1º de janeiro de 2008, que é o ponto de partida para o levantamento de demonstrações contábeis de acordo com as novas disposições trazidas Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pelos referidos normativos

caracterizam-se como mudança de prática contábil; entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, todos os ajustes, quando aplicáveis, foram efetuados na data de transição contra a conta de lucros e prejuízos acumulados, no patrimônio líquido, nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

3.2.1 Ativos Circulantes e a Longo Prazo

- ☒ Os estoques são representados basicamente por materiais de uso hospitalar, medicamentos e drogas, e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, inferiores aos custos de reposição e aos valores de realização.
- ☒ Os demais ativos são demonstrados por valores de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos, as atualizações e provisões necessárias para a redução ao seu valor de mercado.

	2007	AV	2008	AV	AH
ATIVO	44.159.610		46.783.641		5,9%
CIRCULANTE	13.648.575	30,9%	18.169.750	39%	33,1%
DISPONIVEL	2.777.025	6,3%	4.792.620	10%	72,6%
CLIENTES	9.155.228	20,7%	10.463.309	22,4%	14,3%
OUTROS CREDITOS	311.296	0,7%	284.756	0,6%	-8,5%
ARRENDAMENTO	66.331	0,2%	45.198	0,1%	-31,9%
ESTOQUES	1.326.771	3,0%	2.524.739	5,4%	90,3%
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	11.924	0,0%	59.128	0,1%	395,9%
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.645.297	3,7%	1.924.122	4,1%	16,9%

3.2.2 Permanente

Está demonstrado de acordo com os seguintes aspectos:

☒ Imobilizado

Está registrado pelo custo histórico para os bens adquiridos a partir 1º de janeiro de 1.996 e anos anteriores pelo custo de aquisição ou inversão, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1.995.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas admitidas pela legislação fiscal, conforme Instrução Normativa nº. 162, de 31 de dezembro de 1998.

Para os bens reavaliados, os encargos de depreciação são calculados com base na vida útil econômica dos bens, conforme laudo de Peritos Engenheiros Avaliadores.

A construção em andamento refere-se ao Conv. 916/2002 (Ministério da Saúde), para Ampliação e Reforma de Unidade de Saúde (Maternidade), aguardando parecer do Ministério da Saúde para conclusão da obra.

Descrição	Saldo em 31/12/2007	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2008
Biblioteca	3.181	652	-	-	3.833
Equipamentos de Apoio	135.104	-	-	-	135.104
Equipamentos Eletromédicos	3.116.754	863.410	-	(76.611)	3.903.553
Equipamentos Gerais	1.955.146	112.498	-	(50.781)	2.016.864
Instrumental	1.200	-	-	(1.200)	-
Maquinas/Equipos eletr proc dados	1.349.199	123.215	-	(905.663)	566.751
Móveis e utensílios	485.885	298.585	-	(27.925)	756.545
Softwares e Aplicativos	-	-	-	866.710	866.710
Terrenos	22.000	-	-	-	22.000
Veículos	91.212	-	-	-	91.212
Chacara Santo Antonio	20.923	-	-	-	20.923
Reavaliação Chacara Santo Antonio	194.077	-	-	-	194.077
Colégio Osvaldo Cruz	64.671	-	-	-	64.671
Reavaliação Colégio Osvaldo Cruz	627.329	-	-	-	627.329
Complexo Avenida Mato Grosso	483.130	-	-	-	483.130
Reavaliação Complexo Avenida Mato Grosso	4.466.870	-	-	-	4.466.870
Complexo Eduardo Santos Pereira	2.361.245	-	-	-	2.361.245
Reavaliação Complexo Eduardo Santos Pereira	11.762.755	-	-	-	11.762.755
Conv 916/2002 Reforma Maternidade	1.390.457	-	-	-	1.390.457
Edificações e Benfeitorias	385.713	-	-	(30.857)	354.856
Total do Imobilizado	28.916.851	1.398.360	-	(226.327)	30.088.885

Descrição	Saldo em 31/12/2007	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2008
Biblioteca	351	371	-	-	722
Equipamentos de Apoio	54.827	13.303	-	-	68.130
Equipamentos Eletromédicos	1.398.194	355.547	-	(14.729)	1.739.011
Equipamentos Gerais	516.510	190.161	-	-	706.671
Instrumental	247	35.132	-	(35.379)	-
Maquinas/Equipos eletr proc dados	435.956	98.702	-	(198.271)	336.387
Móveis e utensílios	218.965	59.605	-	(73)	278.497
Softwares e Aplicativos	-	357.168	-	-	357.168
Veículos	71.611	18.313	-	-	89.924
Chacara Santo Antonio	2.772	418	-	-	3.190
Reavaliação Chacara Santo Antonio	25.877	3.882	-	-	29.758
Colégio Osvaldo Cruz	17.134	2.587	-	-	19.721
Reavaliação Colégio Osvaldo Cruz	167.288	25.093	-	-	192.381
Complexo Avenida Mato Grosso	128.004	19.325	-	-	147.329
Reavaliação Complexo Avenida Mato Grosso	1.191.165	178.675	-	-	1.369.840
Complexo Eduardo Santos Pereira	625.603	94.450	-	-	720.053
Reavaliação Complexo Eduardo Santos Pereira	3.136.735	470.511	-	-	3.607.245
Edificações e Benfeitorias	30.857	14.194	-	(30.857)	14.194
Total do Imobilizado (Depreciação)	8.022.095	1.937.438	-	(279.310)	9.680.223

3.2.3 Passivo circulante e em longo prazo.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridas.

	2007	AV	2008	AV	AH
PASSIVO	69.181.876		71.395.189		3,2%
PASSIVO CIRCULANTE	46.358.784	67,01%	50.078.978	70%	8,0%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	614.859	1,33%	778.867	2%	26,7%
CHEQUES EM TRANSITO	25.487	0,05%	25.935	0%	1,8%
FORNECEDORES GERAIS	11.759.410	25,37%	12.186.121	24%	3,6%
FORNECEDORES SERVICO HOSPITALAR	1.641.776	3,54%	1.584.723	3%	-3,5%
FORNECEDORES DE PROTESE	8.075.424	17,42%	8.096.764	16%	0,3%
FORNECEDORES DE SERVICO	16.301.254	35,16%	18.306.253	37%	12,3%
OBRIGACOES FISCAIS	1.615.954	3,49%	1.698.716	3%	5,1%
OBRIGACOES C/PESSOAL	1.827.033	3,94%	2.110.395	4%	15,5%
ENCARGOS SOCIAIS	586.431	1,26%	878.252	2%	49,8%
OUTRAS OBRIGACOES	263.826	0,57%	385.451	1%	46,1%
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	205.744	0,44%	97.120	0%	-52,8%
PROVISOES	3.396.177	7,33%	3.659.956	7%	7,8%
PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO SAUDE			211.075	0%	
REPASSES	45.411	0,10%	59.351	0%	30,7%
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	22.823.092	33%	21.316.212	30%	-6,6%
TITULOS A PAGAR	124.767	1%	123.992	1%	-0,6%
BLOQUEIO JUDICIAL CTA CONVENIO (SEQL	930.701	4%	887.951	4%	-4,6%
FORNECEDORES LONGO PRAZO	-	0%	-	0%	
ALUGUEIS A REALIZAR	1.953.355	9%	1.603.514	8%	-17,9%
IMPOSTOS	19.814.269	87%	18.700.755	88%	-5,6%

A conta bloqueio judicial convênios (Seqüestro) se refere a valores bloqueados por decisão judicial e foram resgatados para pagamento de dividas com fornecedores por força judicial. Os valores estão sendo atualizados conforme determina a legislação que rege os referidos convênios.

3.2.4 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- Os rendimentos, encargos, e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos do Hospital;
- Efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, quando necessário.

3.2.5 Demosntrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas, quando aplicáveis, para fins de comparação e foram elaboradas

com base no mesmo plano de contas padrão, portanto, sem prejuízo de comparação com o exercício de 2008.

Em atenção à Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, a Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos deixou de ser elaborada em 2008, tendo sido substituída pela Demonstração do Fluxo de Caixa, sem a obrigatoriedade de demonstração comparativa relativa ao exercício de 2007.

4. CONTAS A RECEBER

Provenientes de valores a receber originários de convênios, particulares, mensalidades do plano de saúde e arrendamentos.

Os valores referentes ao convênio SUS estão sendo conciliados parcialmente, devido ainda a dificuldade de se obter um relatório mais detalhado da SESAU (Secretaria Municipal de Saúde) órgão responsável pelo repasse dos valores, para baixa por competência do Contas a receber.

Descrição	Saldo em 31/12/2007	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2008
SUS a receber	6.685.499	80.668.776	(79.684.183)	7.670.092
Convênios a receber	2.352.337	13.563.613	(13.277.692)	2.638.258
clientes a receber	117.392	3.419.562	(3.382.405)	154.549
Mensalidades a receber - Plano de Saude	179.646	1.694.664	(1.705.482)	168.828
(-) Provisao para perda mensalidades	-	-	(60.048)	(60.048)
Arrendamento a receber	66.331	294.458	(267.036)	93.753
(-) Provisão para perda arrendamento	-	-	(48.554)	(48.554)
	9.401.205	99.641.073	(98.425.400)	10.616.878

5. ESTOQUES

A composição dos saldos do almoxarifado foi efetuada conforme a realização da contagem física do estoque com elaboração do inventário em 31.12.2008, com o acompanhamento da Auditoria Independente (BDO Trevisan).

Descrição	Saldo em 31/12/2007	Saldo em 31/12/2008
Almoxarifado Geral	668.426	1.399.179
Almoxarifado Farmacia	511.297	847.307
Almoxarifado Alimenticio	36.606	111.052
Almoxarifado Manipulação	20.444	39.305
Almoxarifado OPEMS	50.555	61.834
Adiantamento para fornecedores	12.088	45.859
Total do Almoxarifado	1.299.416	2.504.535

6. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Representado por valores originários de despesas antecipadas como: bloqueios de depósito judiciais, juros e amortização a apropriar de processos.

Descrição	Saldo em 31/12/2007	Saldo em 31/12/2008
Bloqueio Judicial	1.037.163	875.819
Oficio Judicial 1593/05 1ª vara cível Mov Lat	11.310	11.310
Proc 1020/2005 5ªVT - Idelvan Ferreira Macedo	4.820	-
Proc 226/2007-006-24-00-2 Mirela Schimdit	2.000	2.000
Orribe Ribeiro Insfran e outros (Pensao Vitalicia)	81.067	84.933
Virginia Simoes Mesquita (Pensao Vitalicia)	43.700	42.745
Erica Barbosa Pinto Ennes Miranda (Proc	-	5.400
Nilda da Siva Benites (Proc 226/2007 7ª Vara)	-	5.357
Luciana Silva Ferreira (Proc 1506/2007 1ª Vara)	-	5.357
Sirleide Gama de Melo (Proc 035/2008 7ª Vara)	-	3.250
BLOQUEIO JUDICIAL CTA CONVENIO (SEQUESTRO)		
Convenio 2411/2003 - Informatica	293.336	318.972
Convenio 2438/2003 - Bco Leite	21.796	-
Convenio 4742/2004 - Cto Cirurgico Obstetrico	20.029	21.606
Convenio 5157/2004 - Prontomed	46.016	49.670
Convenio 5440/2004 - Queimados	197.255	125.250
Convenio 3203/2004 - Monitor UTI	282.372	304.797
Convenio 916/2002 - Hospital Geral	62.728	67.655
Convenio 1157/200 - Lavanderia	7.170	-
	2.110.762	1.924.121

7. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

A conta Unibanco, refere-se à conta garantida no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais), realizada inicialmente em 07 de fevereiro de 2002, e vem sendo renovada nas datas de seus respectivos vencimentos.

Descrição	Saldo em 31/12/2007	Saldo em 31/12/2008
Unibanco C/C 100881-4 - Conta Garantida	614.859	774.826
	614.859	774.826

8. EXIGIVEL A LONGO PRAZO

As contas Virginia Simões Mesquita e Orribe Ribeiro Insfran e Outros refere-se a pensão vitalícia por força de processo judicial.

A conta aluguel a realizar se refere a adiantamento de aluguel pago pelo banco unibanco em dezembro de 2006, por decorrência da utilização de espaço na entidade.

Descrição	Saldo em 31/12/2007	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2008
Virginia Simoes Mesquita	43.700	-		(955)	42.745
Orribe Ribeiro Insfran e outros	81.067	3.867		-	84.934
Aluguéis a realizar	1.953.355	-		(349.840)	1.603.515
Parcelamento Receita Federal (Timemania)	19.814.269	-		(1.030.011)	18.784.258
Parcelamento FGTS	-	119.057			119.057
	21.892.391	122.924	-	(1.380.806)	20.634.509

9. IMPOSTOS PARCELADOS

A entidade em 10 de outubro de 2007, amparado pela lei nº. 11.345, de 14 de setembro de 2006. (timemania), parcelou seus débitos junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Previdência Social, cujo saldo em 31 de dezembro de 2008 perfaz o valor de R\$ 19.645.072,16 (dezenove milhões seiscentos e quarenta e cinco mil setenta e dois reais e dezesseis centavos).

Na mesma data a entidade pediu a exclusão do saldo remanescente da conta refis, e inserindo-a no parcelamento acima citado, conforme artigo citado na referida lei.

Descrição	Curto Prazo	Longo Prazo	Saldo em 31/12/2008
PARCELAMENTO IMPOSTO RECEITA FEDERAL			
PROC 19708-000.135/2007-11	12.550	3.919.877	3.932.427
PROC 19708-000.172/2006-48	358.223	6.324.495	6.682.718
PROC 10140-002.317/2003-91	1.207	18.804	20.011
PROC 19717-000.038/2007-19	47.357	840.587	887.944
	228.301	4.052.346	4.280.647
PARCELAMENTO IMPOSTO PGFN			
PROC 13.5.04.004561-69	16.379	288.004	304.383
PROC 13.5.04.004563-20	2.629	219	2.848
PROC 13.7.04.000779-60	15.373	270.304	285.677
PROC 13.2.04.001388-40	166.195	2.922.263	3.088.458
PROC 13.2.07.000316-09	8.381	147.358	155.739
	856.594	18.784.258	19.640.852

10. CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Direito a Receber)

Neste grupo encontram-se valores a serem recebidos pela entidade, proveniente de convênios federais, estaduais e municipais, de acordo com a NBCT 2 e a Lei 4.320 de 17 de março de 1964, em seu art. 105, § 5º.

Descrição	Saldo em 31/12/2007	Saldo em 31/12/2008
CONV 916/2002	699.384	-
CONVENIO N 5440/2004	964.621	964.621
CONV UCDB - MSMT - UNIV CAT DOM BOSCO	200.000	200.000
CONV UNIDERP 305/PROEX/2008	1.000.000	-
CONV UNIDERP 305/PROEX/2009	1.000.000	1.000.000
CONV UNIDERP 305/PROEX/2010	1.000.000	1.000.000
CONV UNIDERP 305/PROEX/2011	1.000.000	1.000.000
CONV UNIDERP 305/PROEX/2012	1.000.000	1.000.000
CONV UNIDERP 305/PROEX/2013	1.000.000	1.000.000
CONV COLEGIO PAULO FREIRE	1.940	9.176
CONV CENTRO EDUCACIONAL PADRAO	-	2.531
CONV UNIDERP - ESTAGIARIO	26.221	26.221
MACE MODERNA ASS ENSINO	4.934	6.931
CONV SENAC - CURSO EDUCACAO PROFISSIONAL	3.881	1.626
	7.900.981	6.211.106

11. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da entidade perfaz a importância de R\$ 2.371.805,40 (Dois milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e cinco reais e quarenta centavos) e é constituído pelas contribuições dos sócios, taxas sobre diplomas e carteiras de identidade de sócios, doações em espécie de pessoas físicas ou jurídicas, subvenções ou auxílios dos poderes públicos. Sendo que os rendimentos sociais, suas receitas, rendas e o eventual resultado operacional serão aplicados integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

A conta reserva de capital, resulta no montante de R\$ 1.342.909,15 (Hum milhão trezentos e quarenta e dois mil novecentos e nove reais e quinze centavos) e corresponde às reservas de correção monetária, dos exercícios findos até 31/12/1995.

A conta reserva de reavaliação é decorrente da reavaliação dos ativos próprios da entidade, constituída em exercícios anteriores a 2007, estando representadas pelos bens do imobilizado. A reserva esta sendo realizada por depreciação dos bens reavaliados, dentro de cada exercício e no decorrer do ano de 2008 foi realizado o valor de R\$ 678.158,72

(seiscentos e setenta e oito mil cento e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos).

12. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

A entidade não efetuou provisão para contingências, tendo em vista tratar-se de diversas ações judiciais, perfazendo o montante de R\$ 37.733.919,00 (Trinta e sete milhões setecentos e trinta e três mil novecentos e dezenove reais)

Deste montante, R\$ 28.354.958,44 (Vinte e oito milhões trezentos e cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) se tratam de processos trabalhistas e cíveis que podem ser considerados como de provável perda e acordos.

E, o montante de R\$ 9.378.960,56 (Nove milhões trezentos e setenta e oito mil novecentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos), que foram considerados por nossos consultores jurídicos como possíveis de perda, cabendo ainda recursos favoráveis a Entidade.

13. ISENÇÕES

Em atendimento ao parágrafo único art.4º Decreto 2.536 de 06/04/98 e NBC T - 10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS Patronal), como se devido fosse, gozadas durante o exercício de 2008 foi de R\$ 13.096.542,16 (treze milhões noventa e seis mil quinhentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos).

Ainda em atendimento a NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções fiscais (IR, PIS, COFINS, CSLL, ISS), gozadas durante o exercício de 2008 foi de R\$ 7.825.802,63 (sete milhões oitocentos e vinte e cinco mil oitocentos e dois reais e sessenta e três centavos).

14. GRATUIDADE

Em substituição a exigência registrada no inciso VI do artigo 3º do decreto 2.536 de 06/04/98, a entidade registrou o percentual de 86,78% (pacientes dia), atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, superior a 70% do total da capacidade contratada.

15. SUBVENÇÕES

Conforme as exigências da NBCT 10.19.9 (Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Sem Fins Lucrativos) a entidade recebeu as seguintes subvenções.

Descrição	Objetivo	Saldo em 31/12/2008
Secretaria de Estado de Saúde - Conv. 12.528/2008	Aquisição de monitores cardíacos para a UTI cardíaca congênita da Santa Casa	100.000
Secretaria de Estado de Saúde - Conv. 12.728/2008	Aquisição de equipamentos e material permanente para a implantação de 15 leitos de UTI na Santa Casa	1.621.787
Secretaria de Estado de Saúde - Conv. 11.486/2007	Aquisição de um broncoscópio pediátrico para a Santa Casa	20.000
Ministério da Saúde - Conv. 1.629/2004	Construção da nutrição parenteral e aquisição de equipamentos e material permanente para a farmácia central da Santa Casa	320.000
Ministério da Saúde - Conv. 1.158/2007	Aquisição de equipamentos e material permanente para o serviço de oftalmologia da Santa Casa	400.000
Ministério da Saúde - Conv. 4.873/2005	Aquisição de equipamentos e material permanente para o pronto socorro da Santa Casa	549.910
Ministério da Saúde - Conv. 2.411/2003	Aquisição de equipamentos e material permanente para informatização da Santa Casa	699.384
		3.711.081

16. DOAÇÕES

A entidade recebeu no ano de 2.008 doações de pessoas físicas, jurídicas e entidades públicas o correspondente ao valor total de R\$ 90.778,00 (Noventa mil e setecentos e setenta reais).

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Entidade passou a manter cobertura de seguros para os equipamentos e estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feitos por consultores.

Em 2007, o seguro abrangia uma cobertura de R\$ 11.530.000,00 (onze milhões quinhentos e trinta mil reais), em 2008 estendeu para R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Técnico Junta Interventiva

Rubens Fróbiní Garcia
CPF.: 737.654.408-34

Técnico Junta Interventiva

Edson da Matta Torres Filho
CPF.: 404.030.331-87
CRC-MS 007776/O-1

Técnico Junta Interventiva

Natália Gonçalves de Almeida
CPF.: 160.391.801-72

Responsável Técnico

Arcido Mourão Filho
CPF.: 859.585.571-49
CRC-MS 008483/O-4

Coordenação

Rinaldo Harne Romano
CPF.: 554.807.581-04
CRC-MS 010205/P-3



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua Doutor Antonio Alves Arantes, 429
Edifício Dona Edith - Térreo
Campo Grande - MS - Brasil
79040-100

Tel.: +55 (67) 3341-9358
Fax.: +55 (67) 3341-9324
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Junta Administrativa
Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa
Campo Grande - MS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa ("Entidade"), levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Exceto quanto ao comentado no parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Conforme comentado na nota explicativa nº.13, a Administração da Entidade não registrou as provisões para contingências cíveis e trabalhistas que, segundo seus assessores jurídicos, possuem prováveis probabilidades de perda. Como consequência, o superávit do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior e o passivo não circulante a menor no valor aproximado de R\$28.355 mil em 31 de dezembro de 2008.
4. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam ocorrer do assunto comentado no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
5. Durante o exercício de 2008, a Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa teve seus recursos provenientes de convênios firmados com o Município, Estado e União, bloqueados judicialmente pelo Banco Central e foram repassados a fornecedores credores da Entidade, para quitação de suas dívidas. Esses recursos bloqueados possuíam finalidades de aplicações específicas definidas nos acordos de convênio e, como não foram utilizados adequadamente por força judicial (bloqueio), a Entidade pode incorrer em passivos contingenciais e perdas dos convênios.

6. A Entidade é detentora de uma conta corrente no Banco ABN AMRO Real S.A., que foi aberta para que fossem recebidos da Federação Brasileira de Hospitais - FBH recursos provenientes da Execução da Ação Judicial, movida pela FHB contra a União Federal. No entanto, a atual Administração da Entidade só tomou conhecimento da mesma no final do exercício de 2007, não possuindo permissão para movimentá-la, visto que a conta corrente foi registrada pelos antigos Administradores da Entidade. Nessa conta estão sendo liberados alguns recursos de direito da Entidade e os mesmos estão sendo sacados por terceiros que apesar de não fazerem parte da atual Administração, possuem o cadastro para a movimentação da referida conta junto ao banco.

7. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, e as demonstrações do resultado das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer, datado de 31 de março de 2008, com ressalvas do mesmo assunto tratado no parágrafo 3, quanto a limitação que nos impossibilitou concluir sobre a adequação de passivos contingenciais, por não recebermos a resposta de circularização de seus consultores jurídicos. Para o exercício de 2008, a Entidade regularizou e passou a manter controles sobre tais ressalvas, exceto para aquelas comentadas no parágrafo 3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, as práticas contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Campo Grande, 2 de abril de 2009



José Luiz Sanches
Sócio-contador
CRC 1SP124579/O-0 "S" MT
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" MT